

Ações da Capes para a formação e a valorização dos professores da educação básica do Brasil e sua interação com a pós-graduação

Actions by Capes for the training and valorization of basic education teachers in Brazil and their interaction with graduate study

Acciones de la Capes para la formación y la valorización de los profesores de la educación básica de Brasil y su interacción con el posgrado

João Carlos Teatini de Souza Clímaco, professor associado da Universidade de Brasília, PhD em Engenharia Estrutural pela *Polytechnic of Central London* e diretor de Educação a Distância da Capes. Endereço: SQN 106, bloco I, apto. 305. CEP: 0742-090 – Brasília, DF. Telefone: (61) 3272-0121 / 2022-6550. E-mail: teatini@unb.br.

Carmen Moreira de Castro Neves, mestre em Educação pela Universidade de Brasília e diretora de Educação Básica Presencial da Capes. Endereço: Setor Bancário Norte, bloco L, lote 6, 4º andar. CEP: 70040-020 – Brasília, DF. Telefone: (61) 2022-6550. E-mail: carmen.neves@capex.gov.br.

Bruno Fernandes Zenobio de Lima, doutor em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é analista em Ciência e Tecnologia na Capes. Endereço: Setor Bancário Norte, quadra 2, bloco L, lote 6 – Diretoria de Educação Básica, 4º andar. CEP: 70040-020 – Brasília, DF. E-mail: bruno.lima@capex.gov.br.

Resumo

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) faz jus ao reconhecimento nacional e internacional por sua atuação na indução, no fomento e na avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Com a Lei nº 11.502, de julho de 2007, a agência assumiu uma nova e desafiadora missão na educação básica: induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais de magistério e sua valorização em todos os níveis e todas as modalidades de ensino. Em apenas três anos, a “nova” Capes conduz ações importantes na área, com as instituições brasileiras de ensino superior e demais órgãos do Ministério da Educação (MEC), por meio de duas diretorias específicas: Educação Básica Presencial e Educação a Distância. Este artigo apresenta as principais ações desenvolvidas e sua interação potencial com a pós-graduação, hoje insuficiente, mas que terá como beneficiários diretos a educação superior e o desenvolvimento do Brasil.

Palavras-chave: Capes. Pós-Graduação. Educação Básica.

Abstract

The Brazilian Federal Agency the Support and Evaluation of Graduate Education (Capes) merits national and international recognition for its role in the induction, development and evaluation of the National Graduate Education System. With the Federal Law n. 11502, of July 2007, the Agency assumed a new and challenging mission in basic education: induce and support the undergraduate and lifelong education of teachers and their valorization at all levels and in all forms of education. In only three years, the “new” Capes has undertaken important actions in the area, in conjunction with Brazilian higher education institutions and other agencies of the Ministry of Education (MEC), through two specific boards that deal, respectively, with Basic Education and Distance Education. This article presents the main actions developed and their potential interaction with the graduate level, nowadays insufficient, but that will directly benefit higher education and development in Brazil.

Keywords: Capes. Graduate Study. Basic Education.

Resumen

La Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (Capes) hace justicia al reconocimiento nacional e internacional por su actuación en la inducción, el fomento y la evaluación del Sistema Nacional de Posgrado. Con la Ley. 11.502, de julio de 2007, el organismo asumió una nueva y desafiante misión en la educación básica: impulsar y fomentar la formación inicial y continuada de profesionales del magisterio y su valorización en todos los niveles y las modalidades de enseñanza. En sólo tres años, la “nueva” Capes desarrolla importantes acciones en el área, con las instituciones brasileñas de enseñanza superior y otros órganos del Ministerio de la Educación (MEC), por medio de dos direcciones específicas: Educación Básica Presencial y Educación a Distancia. Este artículo presenta las principales acciones desarrolladas y su potencial interacción con el posgrado, hoy día insuficiente, pero que tendrá como beneficiarios directos a la educación superior y al desarrollo de Brasil.

Palabras clave: Capes. Posgrado. Educación Básica.

Introdução

A pós-graduação do Brasil goza de reconhecimento nacional e internacional pela qualidade dos cursos e programas das Instituições de Educação Superior (IES), em especial as públicas, e da ação conjunta das agências federais e estaduais de indução e fomento. No âmbito do Ministério da Educação (MEC) e do Sistema Nacional de Pós-Graduação, compete à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) o fomento e a avaliação da pós-graduação do País, cujo sucesso é atestado pelo 13º lugar na produção mundial de artigos científicos em 2009, ultrapassando a Holanda e a Rússia, de maior tradição na pesquisa, ciência e tecnologia.

Em percurso contrário, nossos alunos da educação básica evidenciam desempenho insuficiente em diversos instrumentos de avaliação (Saeb, Enem, Ideb, Prova Brasil), realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/

MEC) nas Olimpíadas de Matemática, patrocinadas pelo MEC e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), e no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mesmo com uma estimulante tendência de melhoria nos últimos anos. Como consequência, o País enfrenta hoje uma situação educacional inquietante: apenas 14% dos jovens de 18 a 24 anos cursam o ensino superior, em sua maioria em Instituições de Ensino Superior privadas, e apenas 3% chegam ao mestrado e doutorado, autênticos “sobreviventes” de um sistema de ensino excludente.

Criada em 1951, a Capes convivia, até recentemente, com uma incômoda lacuna quanto à concepção de seu fundador – o grande educador Anísio Teixeira –: a pouca atenção à educação básica. Essa lacuna começou a ser preenchida com a Lei n° 11.502, de julho de 2007, que alterou a estrutura da Capes e, no seu artigo 2º, estabeleceu a nova missão: “No âmbito da educação básica, a Capes terá como finalidade induzir e fomentar [...] a formação inicial e continuada de profissionais de magistério, [...]” e “A Capes estimulará a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades de ensino”.

Nesses três anos, a “nova” Capes assumiu com empenho a educação básica, sem descuidar do seu papel estratégico na formação de mestres e doutores de alto nível e, até mesmo, ampliando o compromisso com o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Ações relevantes estão em andamento, abrigadas em duas diretorias recentes, a de Educação Básica Presencial (DEB) e a de Educação da Distância (DED), que nesse desafio contam com a adesão e competência das IES brasileiras, em parceria com os órgãos do MEC. Outro fator indispensável a uma boa educação básica é um autêntico regime de colaboração da União com os estados, o Distrito Federal e os municípios, agora com uma oportunidade de se efetivar com a criação recente pelo MEC da Secretaria de Articulação dos Sistemas de Ensino (Sase).

Dentre os programas da Capes na educação básica, destacam-se: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); Observatório da Educação; Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência); Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB); Plano

Nacional de Formação dos Professores (Parfor); Observatório da Educação Escolar Indígena; e Programa Novos Talentos.

Os programas são respaldados pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Básica (CTC/EB) da Capes, criado a partir da Lei nº 11.502/2007, que elaborou o Decreto nº 6755, de janeiro de 2009, instituindo a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Pode-se registrar como um marco na história da Capes a primeira reunião conjunta dos CTCs da educação básica e superior, em agosto de 2009, com o intuito de promover a convergência essencial, mas ainda incipiente, das agendas dos dois conselhos em prol das ações da Capes na educação básica e na pós-graduação.

Para incorporar as ações na educação básica, além de ampliar a política nacional de formação de mestres e doutores e o desenvolvimento científico/tecnológico, a “nova” Capes garantiu junto ao MEC um crescimento exponencial em seu orçamento: de R\$ 545 milhões, em 2003, para R\$ 2,7 bilhões, executados em 2010, e cerca de R\$ 3,1 bilhões na Lei Orçamentária aprovada para 2011 (US\$ 1,8 bilhões na cotação de maio de 2010). Desses recursos, mais de R\$ 1 bilhão está em programas das duas diretorias associadas à educação básica (DEB e DED).

Este artigo descreve as ações em andamento na Diretoria de Educação Básica Presencial para a indução e o fomento da formação e valorização dos professores, discutindo sua inserção no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011/2020), aprovado pelo Conselho Superior da Capes no final de 2010 e que assumiu como uma de suas estratégias a integração dos programas *stricto sensu* com os cursos de formação de professores da educação básica e suas escolas públicas. Para isso, será decisivo o engajamento das IES do País, de órgãos do MEC, de secretarias de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), de associações educacionais e científicas etc. Vários resultados positivos já podem ser atestados na integração almejada, cabendo notar que ainda é preciso desmobilizar resistências persistentes em alguns setores e que retardam o avanço dessa política pública decisiva para o País.

É senso comum que uma nação só supera seus problemas com educação básica de qualidade. Para isso, no entanto, cabe ao Brasil suplantar, com urgência, uma dificuldade crônica de enxergar o “óbvio ululante”, como não se cansava de criticar o memorável escritor e teatrólogo Nelson Rodrigues.

Valorização e formação de docentes da educação básica

1. Programas em andamento: implantação, execução e resultados

O planejamento das ações da DEB/Capes destinadas ao fomento e à indução de experiências inovadoras direcionadas para a formação inicial e continuada e a valorização dos profissionais do magistério da educação básica estabeleceu como objetivos: análise crítica dos dados do censo educacional (Educacenso) e das avaliações realizadas pelo Inep/MEC; avaliação das políticas públicas educacionais do País, em especial aquelas com fomento da Capes/MEC; e estímulo a propostas de formação docente coerentes com os avanços sustentáveis da Ciência e Tecnologia (C&T).

Com base nesses objetivos, a DEB executa um conjunto de ações que, ao se inserirem em uma matriz educacional, harmonizam as vertentes de formação, produção de conhecimento e integração entre IES formadoras de professores, escolas públicas e programas de pós-graduação. Tendo como compromisso manter o padrão de qualidade e o modelo de atuação da Capes nos programas da Educação Básica, descritos nos itens a seguir, a DEB atua em duas linhas de ação:

- a) Indução, organização e fomento da formação inicial de professores da educação básica
Oferta de cursos de licenciatura presenciais especiais por meio do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor), em articulação com os Fóruns Estaduais de Apoio à Formação Docente; e
- b) Indução e fomento de projetos de estudos, pesquisas e inovação
Conjunto articulado de programas voltados para a valorização do magistério, a saber:

- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid);
- Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência);
- Observatório da Educação;
- Observatório da Educação Escolar Indígena;
- Programa Novos Talentos; e
- Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica.

Ainda nessa segunda linha, em parceria com outros setores da Capes e órgãos do governo federal, a DEB participa dos seguintes programas e editais:

- Programa de Cooperação Internacional para a Educação Básica, com a Diretoria de Relações Internacionais (DRI/Capes);
- Programa de Apoio a Eventos no País (Paep), com a Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB/Capes);
- Programa de Apoio a Feiras de Ciências e Mostras Científicas, com o CNPq;
- Programa *Britannica on line*, com o Portal de Periódicos da DPB/Capes; e
- Edital para Avaliação do Programa Um Computador por Aluno (Prouca), com o CNPq e a Presidência da República.

Uma síntese dos projetos aprovados e dos respectivos meses, entre os exercícios de 2009 e 2011, de fomento pela DEB/Capes às linhas de ação do item b acima é apresentada a seguir:

Quadro 1. Programas de indução e fomento de projetos de estudos, pesquisas e inovação

Programa	Edital /Projeto	Total
Pibid	Edital 2007 - Ifes	43
	Edital 2009 - Federais e Estaduais	89
	Edital 2010 - Comunitárias	30
	Edital 2010 - Diversidade	20
	Edital 2011 - Ipes	101
Pibid - Total		283
Prodocência	Edital 2008	47
	Edital 2010	73
Prodocência - Total		120

Programa	Edital / Projeto	Total
Observatório da Educação	Edital 2006	28
	Edital 2008	28
	Edital 2009	17
	Edital 2010	80
Observatório da Educação - Total		153
Novos Talentos	Edital 2010	180
Novos Talentos - Total		180
Projetos Especiais	Rede Nacional de Educação e Ciência	14
	Sociedade Brasileira de Física	2
	Projeto Klein	1
	Rede Municipal de Ciências	1
	Feiras de Ciências e Mostras Científicas – Edital 2010 – com CNPq	106
	Feiras de Ciências e Mostras Científicas – Edital 2011 – com CNPq	76
	Apoio a Olimpíadas Científicas – Edital 2011 – com CNPq	11
	Residência Docente no Colégio Pedro II	1
Projetos Especiais - Total		212
Total geral		948

Para um trabalho de pouco mais de três anos de desenvolvimento, os números sinalizam à sociedade brasileira a determinação da Capes de contribuir decisivamente para a qualidade da formação de professores e da educação brasileira como um todo.

Buscando divulgar a ação da Capes na educação básica, apresentam-se, a seguir, de forma sucinta e em ordem cronológica de implantação, os programas em andamento da DEB.

2. Observatório da Educação (OE)

O Observatório da Educação foi instituído pelo MEC com o Decreto nº 5.803, de 8 de junho de 2006, com o objetivo de fomentar estudos e pesquisas por programas de pós-graduação das IES públicas e privadas bem avaliados pela Capes, tendo como base principal os dados do Inep. O apoio destina-se à formação de recursos pós-graduados em educação nos diversos níveis – iniciação científica, mestrado, doutorado

e pós-doutorado, tendo como requisito o envolvimento de professores da educação básica pública.

Entre as metas, destacam-se: incentivo à articulação entre pós-graduação, licenciaturas e escolas de educação básica; integração entre as dinâmicas da pesquisa científica das IES e práticas dos sistemas públicos de educação básica; e divulgação da produção e dos resultados.

O Observatório seleciona, por meio de edital, propostas de programas de pós-graduação e grupos acadêmicos, organizados em núcleos locais (apenas uma IES) ou núcleos em rede (mínimo de três IES responsáveis pelo trabalho), para financiamento de verbas de custeio e bolsas de pesquisa, por períodos de até quatro anos. As equipes de projeto são compostas por professores pesquisadores; estudantes de doutorado, mestrado e licenciaturas; e ainda professores de escolas da rede pública que participem do estudo ou da pesquisa.

O primeiro edital foi lançado em junho de 2006, firmando a parceria Capes-Inep. Com a Lei 11.502/2007, o Edital de 2008 passou a enfatizar a formação de professores, sem, contudo, inibir propostas para os demais aspectos da educação. No Edital de 2010, a ênfase foi dada à alfabetização para o domínio da Língua Portuguesa e de fundamentos da Matemática, temas estruturantes do sucesso escolar. O edital prevê o foco nos avanços da Neurociência, Psicologia Cognitiva, Linguística, Fonoaudiologia e de outras ciências que ampliam o entrosamento de áreas, buscando referenciais teórico e instrumental aos educadores que atuam na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. O Observatório da Educação, para incentivar a articulação entre pós-graduação e educação básica, passa a oferecer também bolsas para professores da rede pública e estudantes de licenciatura e graduação que se envolvam nos projetos de pesquisa.

Para atender à política de inclusão da Secretaria de Educação Continuada e Diversidade (Secad/MEC) foi lançado, em 2009, o edital do Observatório da Educação Escolar Indígena, com foco na educação intercultural indígena e prioridade para a formação de professores e

gestores educacionais de territórios etnoeducacionais. Os principais objetivos do edital foram: fomentar o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área, ampliar programas de pós-graduação *stricto sensu* na temática da educação intercultural indígena e fortalecer a identidade e a expansão da carreira docente na educação básica e superior intercultural.

Os quatro editais já lançados entre 2006 e 2010 alcançam 151 instituições de ensino superior e 284 programas de pós-graduação; permitem a formação de 216 doutores e 624 mestres; e envolvem nos estudos e nas pesquisas perto de 718 professores de escolas públicas de educação básica e 969 graduandos e licenciandos, muitos com elaboração de monografia. A seguir, apresentam-se os quantitativos dos projetos dos quatro editais, que financiam 2.767 bolsas/ano, nos vários níveis.

Quadro 2. Observatório da Educação – editais 2006, 2008, 2009 e 2010

Edital	Projetos	IES	PPGs
2006	28	27	28
2008	28	26	64
2009	17	23	38
2010	80	75	154
Total	153	151	284

Todavia, mais que números, o Observatório da Educação investe na formação de profissionais e apresenta valiosos produtos referentes à pós-graduação: teses, dissertações, monografias, artigos, livros, ambientes virtuais, simpósios, congressos, reuniões técnicas e outros eventos. O conhecimento gerado impacta toda a área de educação das IES e sua relação com os cursos de formação de professores, além das políticas públicas de estados e municípios e escolas envolvidas nos estudos e nas pesquisas. Para os professores da rede pública de educação básica envolvidos nas pesquisas, o Observatório representa uma oportunidade de educação continuada e já registra matrícula de egressos nos programas de mestrado acadêmico e profissional dos programas de pós-graduação participantes.

3. Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência)

O programa surgiu como uma parceria entre a Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC) e a Capes, financiando recursos de custeio e capital destinados a apoiar projetos de IES públicas para melhorar a formação, o exercício profissional dos docentes da educação básica e a elevação da qualidade da educação no Brasil. Os objetivos específicos do Prodocência são:

- a) Fomentar estratégias de gestão institucional, organização curricular, experiências metodológicas e práticas docentes de caráter inovador, inclusive com a inserção de tecnologias de informação e comunicação nos processos de ensino e na aprendizagem dos futuros docentes;
- b) Estimular a integração da educação superior com a básica, a articulação entre teoria e prática e a cooperação entre unidades acadêmicas nas IES; e
- c) Apoiar projetos institucionais que busquem superar problemas identificados nas avaliações das licenciaturas e incorporar resultados de programas apoiados pela Capes, como o Observatório da Educação, o Pibid, o Sistema Universidade Aberta do Brasil, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica e outros de valorização do magistério da educação básica.

No seu primeiro Edital, em 2008, 47 IES foram selecionadas para participar do Prodocência: 29 Universidades Federais, 10 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com cursos de licenciatura e oito Universidades Estaduais participantes do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (Sinaes). O edital lançado em 2010 contou com 102 IES concorrentes, sendo aprovados 73 projetos institucionais.

Entre os resultados relevantes dos projetos em andamento, pode-se apontar: maior integração entre licenciaturas; inserção de alunos no cotidiano das escolas de educação básica; aumento da auto-estima dos professores e estudantes das licenciaturas; e renovação de metodologias e práticas pedagógicas. É de se prever que os licenciados participantes do programa deverão mostrar outro tipo de envolvimento

com os programas de pós-graduação de educação do País e abertura para propostas inovadoras.

4. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)

O programa abrange projetos aprovados em Edital, com atividades pedagógicas a serem desenvolvidas em escolas públicas de educação básica, visando ao aprimoramento da formação e qualidade do ensino. Além de recursos de custeio, são concedidas bolsas aos docentes coordenadores dos projetos das IES, estudantes selecionados de cursos de licenciatura e professores supervisores das escolas públicas, para acompanhamento dos projetos e orientação complementar dos alunos. O primeiro edital foi lançado em 2007, sendo aprovadas propostas de 43 IES federais.

São objetivos do Pibid: promover a articulação teoria-prática e a integração entre escolas e IES formadoras; incentivar o reconhecimento da relevância social da carreira docente; e contribuir para a formação dos educadores e para o desempenho das escolas públicas nas avaliações nacionais.

O sucesso documentado pelos atores e beneficiários permite identificar o Pibid, dentre os programas já lançados no Brasil, como um dos mais estruturantes e importantes na valorização da carreira docente. Essa constatação referenciou o lançamento de novos editais: em 2009, estendendo as candidaturas às IES estaduais e municipais e em 2010 a IES confessionais, comunitárias e filantrópicas sem fins lucrativos. Em 2011, houve outro edital para instituições públicas de ensino superior.

Com a ampliação do programa, foi publicado o Decreto n° 7.219, de 24 de junho de 2010, que estabeleceu o Pibid como política estratégica de Estado para a melhoria da qualidade da formação de docentes e da educação como um todo.

Dados dos editais em andamento até 2011 mostraram que participam do programa 146 IES públicas e privadas sem fins lucrativos, com o pagamento pela Capes de 26.916 bolsistas, sendo

21.849 alunos de licenciaturas, 1.761 coordenadores institucionais e de áreas do conhecimento e 3.308 supervisores – professores de educação básica que, por meio do Pibid, tornam-se protagonistas da formação dos futuros docentes e da integração entre teoria e prática e entre as escolas e as IES. Desde 2009, quando efetivamente se iniciou o primeiro edital, de 2007, o Pibid contabiliza o atendimento a 30.006 bolsistas.

Os impactos positivos do Pibid destacam-se em diferentes aspectos:

- (a) Formação de professores mais seguros e preparados para o exercício da docência;
- (b) Motivação e formação continuada para coordenadores e supervisores que registram mudanças nas suas práticas docentes;
- (c) Aumento da autoestima dos docentes das IES formadoras de professores e das próprias Licenciaturas, com o reconhecimento do trabalho desenvolvido;
- (d) Escolas que incorporam bolsistas em seus processos didático-pedagógicos e no planejamento escolar e que podem contratar professores participantes do projeto;
- (e) Escolas ainda fora do programa se esforçam para serem incluídas; e
- (f) Ex-bolsistas que permanecem como colaboradores, mesmo depois de graduados.

Outro destaque é a constatação do diálogo estabelecido entre os programas fomentados pela Capes – Prodocência, Pibid e Observatório da Educação. Isso significa, por exemplo, que teses e dissertações nos programas de pós-graduação ligados ao Observatório voltam-se para a análise dos impactos dos outros dois programas. Constata-se, também, que bolsistas do Pibid desenvolvem projetos com o Prodocência e que coordenadores de área do Pibid e pesquisadores do Observatório ministram palestras em eventos do Prodocência, gerando uma teia de articulação educacional que vem aumentar o potencial de inovação e mudança na formação de docentes, com reflexos na melhoria de qualidade da educação básica.

Do ponto de vista da articulação com a pós-graduação, identifica-se nos bolsistas de iniciação à docência – e há casos já registrados – o desejo de continuidade da formação por meio do ingresso em cursos de mestrado, em particular, mestrados profissionais, com planos de futuro doutoramento.

5. Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor)

Lançado em maio de 2009, o Parfor é uma ação do MEC, por meio da Capes, que efetiva a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação, instituída pelo Decreto 6.755/2009, em uma estratégia ancorada no regime de colaboração da União com os estados, o Distrito Federal e os municípios, fator essencial à qualidade de todos os sistemas de ensino.

O Parfor tem como meta articular, fomentar e acompanhar a formação inicial em cursos de licenciatura, com verbas para graduar 400 mil professores em exercício nas redes públicas da educação básica sem formação adequada à Lei nº 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). Esses cursos são viabilizados por Acordos de Cooperação Técnica (ACT) da Capes com as secretarias de educação de 26 estados que aderiram ao Parfor, até dezembro de 2011.

A oferta de cursos do Parfor envolve, hoje, 86 IES federais (universidades e institutos de educação, ciência e tecnologia), estaduais (universidades, faculdades e institutos) e comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos (universidades, centros universitários e faculdades), que firmaram termos de adesão aos ACTs dos respectivos estados. Apenas o Acre não participa, tendo declarado não haver demanda imediata por formação inicial.

O Parfor, na modalidade presencial, vem demonstrando um processo de crescimento e institucionalização. Com matrícula de 4.273 professores em 2009, distribuídos em 140 turmas, o Parfor encerra dezembro de 2011 com 50.259 professores matriculados em 1.421 turmas. As turmas distribuem-se em 21 capitais e mais de 300 municípios.

São objetivos do Parfor:

- a) Oferta de cursos presenciais especiais de primeira Licenciatura, de caráter emergencial, destinados a professores sem graduação;
- b) Oferta de cursos presenciais especiais de segunda Licenciatura, destinados a professores licenciados atuando em área distinta de sua formação inicial;
- c) Oferta de cursos especiais de formação pedagógica para bacharéis sem Licenciatura;
- d) Aproveitamento da capacidade ociosa das IES formadoras, por meio da destinação prioritária de vagas a professores em exercício nos cursos existentes – presenciais ou a distância –, que já são financiados, respectivamente, com recursos da SESu/MEC e da DED/Capes, pelo Sistema UAB; e
- e) Consolidação dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, instituídos pelo Decreto 6.755/2009, instrumento essencial para o aprimoramento do regime de colaboração do MEC com os entes federativos.

Para realizar a pré-inscrição nos cursos de formação inicial, os professores utilizam a Plataforma Freire, sistema informatizado especificamente criado pelo MEC, que cadastra o currículo dos pretendentes aos cursos, registra sua opção de formação e é, também, uma homenagem ao memorável Paulo Freire, uma analogia na educação básica à Plataforma Lattes, sistema do CNPq para a educação superior que exalta o grande físico César Lattes.

Em 2011, a gestão da Plataforma Freire foi conferida à Capes, que está realizando, com o apoio do FNDE, um conjunto de modificações no ambiente, visando torná-lo mais amigável e transparente para os usuários e um instrumento de gestão e acompanhamento para os administradores da Capes, das secretarias de educação e das IES parceiras.

As ações de organização, fomento e acompanhamento dos cursos de licenciatura presenciais especiais, de caráter emergencial e que extrapolam a oferta regular das IES, são na Capes coordenadas pela Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB).

Os recursos destinados pela Capes às IES ministrantes dos cursos presenciais especiais do Parfor abrangem o pagamento de bolsas aos coordenadores gerais, coordenadores das áreas de licenciaturas e docentes formadores, além de recursos adicionais para o custeio de despesas administrativas e com deslocamento e hospedagem de formadores em atividades fora de seus *campi*.

Os quadros abaixo mostram os dados até 2011, com a adesão de 86 IES formadoras e a oferta de cursos de licenciatura na modalidade presencial. Observa-se a tendência de crescimento do Parfor.

Quadro 3. Crescimento do Parfor 2009/2011, relativo à oferta de cursos presenciais

ANO	Turmas Implantadas	Matriculados	% de matrículas/oferta
2009	140	4273	10,73%
2010	787	26689	36,40%
2011	494	19297	41,88%
TOTAIS	1.421	50.259	

Como mostra o Quadro 4, a seguir, os recursos destinados pela Capes às IES, apenas aos cursos presenciais especiais do Parfor, são significativos. Os dados de 2011 são anteriores ao encerramento do exercício de 2011 e serão superiores aos números aqui retratados.

Quadro 4. Financiamento de cursos presenciais especiais do Parfor 2009/2011

Ano	VALOR DO CUSTEIO	VALOR DO CAPITAL	VALOR DA BOLSA
2009	11.344.641,09	0,00	1.082.100,00
2010	26.403.385,46	4.597.511,79	37.530.700,00
2011*	35.981.846,34	1.887.924,24	37.318.600,00
Totais parciais	73.729.872,89	6.485.436,03	75.931.400,00
Total			156.146.708,91

* Dados financeiros anteriores ao encerramento do exercício orçamentário.

Não é tarefa simples conciliar o formato tradicional de financiamento realizado pela Capes, baseado no binômio fomento-avaliação, com uma ação de transferência direta de recursos às IES

para a formação de professores. No entanto, para prover insumos para o acompanhamento e controle do Parfor e para pesquisas em nível de pós-graduação, o programa foi inserido no Projeto de Cooperação Técnica MEC/UNESCO – Fortalecimento das Políticas de Valorização e Profissionalização Docente –, por meio do qual, em edital nacional, foram contratados 10 consultores, especialistas de formações diversas.

Tendo por base os estudos realizados pelos consultores UNESCO junto às IES participantes, os respectivos documentos sobre as licenciaturas em andamento e os Planos Estratégicos de Formação Docente, elaborados pelos estados beneficiados, uma linha de pesquisa promissora à pós-graduação brasileira poderia ter como objeto a abordagem sistêmica da formação de professores em serviço, fator essencial às futuras etapas do Parfor e de outros programas fomentados pela Capes.

6. Programa Novos Talentos

Uma das estratégias da DEB/Capes para a formulação de programas novos é potencializar projetos bem sucedidos, valorizando a criatividade de educadores, pesquisadores e cientistas, otimizando recursos públicos, ampliando boas práticas e mobilizando novos atores em prol da melhoria da educação básica.

Estimulada pelo objetivo de aproximar pós-graduação, graduação e educação básica, gerando uma dinâmica virtuosa de reflexão-ação e teoria-prática, a Capes lançou, em 2010, o Programa Novos Talentos, inspirado na Rede Nacional de Educação e Ciências, cuja relevância pedagógica e solidez dos resultados se dissemina hoje em 23 IES do País.

Descrito no seu edital de lançamento como um programa de apoio a projetos extracurriculares e investimento em novos talentos da rede pública para inclusão social e desenvolvimento da cultura científica, o Novos Talentos busca fomentar atividades extracurriculares, de preferência, no período de férias das escolas públicas ou em horários que não interfiram no desempenho escolar. As atividades devem ocorrer

nas dependências de universidades, laboratórios e centros avançados de estudos e pesquisas, museus e outras instituições, inclusive empresas públicas e privadas, visando ao aprimoramento e à atualização de professores e alunos da educação básica.

As propostas aprovadas contemplam complementar o currículo da educação básica, articulando-o com perspectivas inovadoras nos aspectos educacionais, científicos, culturais, sociais e econômicos, incluindo arranjos produtivos locais, contribuindo para enriquecer a formação de alunos e docentes da educação básica e para promover a renovação das IES envolvidas.

Os objetivos do Programa Novos Talentos são ousados e visam, entre outros:

- a) Tornar o conhecimento científico acessível a professores e estudantes da escola pública, aproximando-o de seus cotidianos e visando à transformação da realidade;
- b) Capacitar professores e estudantes, estimulando-os ao aprendizado continuado; e
- c) Despertar vocações em alunos de baixa renda para carreiras tecnológicas e científicas, propiciando seu acesso a cursos de graduação e pós-graduação das IES e sua promoção e integração social.

No primeiro edital do programa, lançado em junho de 2010, concorreram 75 IES públicas, sendo proponentes grupos de docentes-pesquisadores com projetos em uma área de conhecimento ou um conjunto de áreas. As propostas devem buscar, pedagógica e tecnologicamente, inovações no envolvimento de programas de pós-graduação e/ou de graduação na promoção, coordenação, execução e garantia do padrão de qualidade das atividades a serem desenvolvidas. Cada projeto institucional pode conter até quatro subprojetos de áreas distintas, com cada subprojeto tendo, no mínimo, três atividades extracurriculares, interdisciplinares e/ou multissetoriais.

Foram aprovados projetos de 62 IES, sendo 41 federais e 21 estaduais, abrangendo 134 subprojetos e 657 atividades, em 12 áreas específicas, além de 89 de caráter interdisciplinar ou multissetorial. Os

valores de referência estimados para fomento foram: até R\$ 15.000,00 por atividade; R\$ 45.000,00 por subprojeto, com três atividades; e até R\$ 180.000,00 por projeto, com quatro subprojetos por instituição.

Em uma perspectiva de formação continuada de professores das escolas da educação básica pública, e mesmo dos docentes e alunos das IES participantes, o Programa Novos Talentos é encarado pela Capes como uma mola de propulsão dos programas de pós-graduação em Educação das Ipes brasileiras, com reflexos em todas as demais áreas, com as vocações despertadas para carreiras tecnológicas e científicas.

7. Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica

Com grande frequência, a Capes recebe pedidos de apoio financeiro a projetos e programas educacionais de diferentes origens - localidades e instituições. Algumas dessas propostas são muito bem fundamentadas e mostram um potencial de impacto na realidade educacional que se propõem alcançar, mas que não se encaixam nos editais da DEB. Certas propostas, inclusive pela inovação e criatividade, podem servir de piloto para a Capes e, uma vez avaliadas, inspirar futuros editais.

Assim, a DEB incluiu em seu orçamento, a partir de 2010, a subação denominada Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica, com o propósito de atender a demandas bem estruturadas, ancoradas em instituições e educadores renomados, com potencial de transformação da realidade educacional de um local ou região e que, ainda, possam, no futuro, ser estendidas ao conjunto da educação brasileira. Essa subação tem como descritor no orçamento o apoio a projetos que visem ao desenvolvimento e à melhoria qualitativa do processo educacional em todas as etapas da educação básica e ao fomento de iniciativas que visem à interface da Capes com instituições de ensino superior e com instituições públicas de todas as esferas de governo.

Os projetos devem ser analisados segundo os seguintes aspectos:

- a) Adequação da proposta ao objeto de trabalho e às finalidades da DEB;
- b) Legitimidade e qualidade dos proponentes e do corpo docente envolvido;
- c) Clareza dos objetivos e foco no currículo da educação básica;
- d) Metodologias criativas e inovadoras, aliadas a uma proposta pedagógica consistente;
- e) Potencial de impacto na realidade local e de multiplicação na educação básica; e
- f) Potencial de articulação a outros programas da Capes, como piloto de novas ações.

Em 2010, apoiados pela DEB com recursos da ordem de R\$ 3.3 milhões e, em 2011, com cerca de 5 milhões, os projetos especiais de 17 IES públicas parceiras e de outras como as sociedades brasileiras de Matemática, de Física e de Química e a Rede Nacional de Educação e Ciência, com 28 grupos de 18 universidades públicas, beneficiaram professores e alunos da educação básica em escolas e regiões de baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e renda, em todo o País.

8. Programa de Cooperação Internacional na Educação Básica

Uma das estratégias de sucesso da Capes na pós-graduação é o fomento a ações de cooperação internacional. O diálogo de profissionais brasileiros com seus pares de outros países e a imersão em programas e missões de estudos no exterior favorecem a ampliação de horizontes, o crescimento da produção científica e a construção de novos espaços de conhecimento. Oportunidades similares são agora oferecidas aos professores da educação básica, em processo que já disponibilizou dois editais de apoio à formação de professores de Língua Inglesa, nos Estados Unidos da América (Editais em 2010 e 2011) e na Inglaterra (Edital em 2011).

Com base no Memorando de Entendimento sobre Educação entre o Brasil e os EUA, de 14 de outubro de 1997, em parceria com a

Embaixada Americana e a Fulbright, a Capes lançou um programa de certificação nos EUA de professores de Língua Inglesa da rede pública de educação básica, buscando estreitar as relações entre os dois países, fortalecer a fluência oral e escrita dos professores em início de carreira e compartilhar metodologias de ensino e avaliação que estimulem a participação do aluno em sala de aula e o uso de recursos virtuais, além de outras ferramentas na formação continuada, assim como a utilização de tecnologias para o desenvolvimento de projetos dos alunos. Já foram beneficiados 20 professores de 14 estados do País e mais 50 estão selecionados para cursos em 2012.

O Programa de Ensino de Inglês como Língua Estrangeira, uma iniciativa da Capes com o Instituto de Educação da Universidade de Londres (IOF), promove a capacitação de professores da rede pública de educação básica brasileira na Inglaterra. Ao possibilitar experiência in loco nas áreas de história e cultura inglesa, o programa valoriza os profissionais do magistério e a melhoria da qualidade do ensino. Com ênfase na produção de material para o ensino-aprendizagem da língua inglesa, os professores devem elaborar, com a supervisão de professores do IOF, um projeto a ser desenvolvido com alunos e professores de inglês na instituição de origem. A Capes financia passagens aéreas, seguro saúde, despesas com hospedagem, alimentação, deslocamento em Londres e taxas escolares.

A Cooperação Internacional na Educação Básica pretende alcançar outros países parceiros e outras áreas de formação, visando estender aos docentes oportunidades equivalentes às oferecidas à pós-graduação. Uma das ações deve abranger as Escolas Bilíngues de Fronteira, programa coordenado pelo MEC, em que a Capes apoiaria, em parceria com as embaixadas dos países vizinhos, missões de estudos de professores de espanhol para o aprimoramento da língua, literatura e cultura.

Foi, também, iniciado o diálogo com universidades parceiras internacionais sobre um apoio específico a missões de estudos e cursos de férias para bolsistas do Pibid e professores matriculados em cursos do Parfor. O propósito é de formar grupos de áreas afins (com ênfase na educação infantil, em Língua Portuguesa – com Portugal –, Matemática,

Física, Biologia e Química), aprimorando o repertório de conhecimento e a cultura dos professores da educação básica.

9. Parceria com outras diretorias da Capes

A DEB trabalha em articulação com outras diretorias, apoiando a extensão de ações tradicionalmente voltadas à pós-graduação com vistas a alcançar a formação de professores para a educação básica. Assim é com o Programa de Apoio a Eventos no País (Paep), desenvolvido pela Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB).

Programa tradicional da Capes, o Paep fomenta a realização de eventos científicos, tecnológicos, educacionais e culturais de curta duração – de abrangência local, estadual, regional, nacional e/ou internacional –, promovidos por sociedades e entidades de áreas afins e programas de pós-graduação e pesquisa.

A partir de 2010, o fomento foi estendido a eventos oriundos de programas de licenciatura, secretarias de educação municipais e estaduais e de outras entidades educacionais, estimulando a inserção da educação básica nas políticas e nos programas da Capes, além de seu apoio à formação e valorização de professores.

No primeiro ano de acolhimento da educação básica, foram 82 eventos homologados, com um público beneficiado próximo de 150 mil pessoas. Em 2011, foram aprovadas 122 propostas para um público esperado de 162.620 pessoas.

Em colaboração com a coordenação geral do Portal de Periódicos da Capes, a DEB articula com a DPB, o *Britannica on line*, portal para crianças de seis a 11 anos do ensino fundamental, sinalizando um futuro portal de periódicos para os professores e alunos da educação básica.

Com a Revista Brasileira de Pós-Graduação definiu-se um número especial sobre a articulação entre a pós-graduação e a educação básica. Por solicitação do Conselho Editorial da RBPG, a DEB convidou as IES parceiras a contribuir, tendo recebido delas 51 artigos,

dos quais 19 inspirados no Pibid e 14 no Observatório da Educação, demonstrando que, mesmo em curto espaço de tempo, os programas estão promovendo a articulação almejada, além da produção de conhecimento e da disseminação de boas práticas. Os artigos que não foram selecionados para o número especial da RBPG passaram por nova seleção e comporão dois volumes especiais sobre educação básica e formação de professores.

10. Programa de Apoio a Feiras de Ciências e Mostras Científicas

Em parceria com o CNPq, a Capes lançou o Edital MCT/CNPq/MEC/SEB/Capes n° 51/2010 para a seleção pública de propostas com o objetivo de apoiar a realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas de âmbito nacional, estadual e municipal, instrumento para a melhoria dos ensinamentos fundamental, médio e técnico, além de despertar vocações científicas e/ou tecnológicas e identificar jovens que possam ser estimulados a seguirem carreiras científico-tecnológicas.

Concorreram ao primeiro edital, de 2010, 134 propostas, sendo sete de abrangência nacional, 47 estaduais e do Distrito Federal e 80 municipais, com distribuição geográfica ampla, mas com predomínio, em todas as faixas, das regiões Sul e Sudeste. Em 2011, foram aprovados cinco eventos nacionais, 23 estaduais e 48 municipais.

Outros programas em análise na DEB

O conjunto de programas exposto não esgota as ações na educação básica da DEB e da Capes, que mantém aberto o diálogo com as IES – seus cursos de graduação, em especial de licenciatura, e de pós-graduação –, com as escolas de educação básica – seus alunos e professores – e com os grupos da sociedade comprometidos com a educação.

As propostas de novos programas, a seguir, encontram-se em análise na Diretoria:

- a) Portal Comunidades: criação de um espaço para acompanhamento e avaliação das ações em andamento, compartilhamento de informações e produtos educacionais, divulgação de boas práticas de gestão e ponto de encontro dos participantes do Pibid, Prodocência, Observatório, Novos Talentos e de outros programas;
- b) Mestrado Profissional para Professores da Educação Básica: estímulo à oferta de cursos que contribuam para a formação continuada de professores da rede pública e para a articulação entre pós-graduação e educação básica;
- c) Programa Residência Educacional: apoio às IES para o aperfeiçoamento da formação de recém-licenciados no exercício da docência na educação básica, em especial na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Em 2012, será financiado um projeto piloto proposto pelo Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro;
- d) Núcleos Interdisciplinares de Formação de Educadores: apoio à organização de espaços interdisciplinares em IES parceiras para galvanizar cursos de formação de professores, inicial e continuada, que promovam ideias inovadoras, tecnologias contemporâneas e metodologias criativas, em uma formação sólida e contextualizada e valorizando a carreira docente; e
- e) Fomento à Criação de Materiais Educacionais (Crie): incentivos à produção de materiais didáticos lúdicos e criativos por professores da educação básica pública e de IES parceiras, destinados a despertar o prazer de aprender e contribuir para elevar a qualidade da educação e o Ideb das escolas brasileiras.

Desafios da interação pós-graduação-educação básica

Na década de 1990, o mundo vivenciou o surgimento de um novo paradigma social e econômico nas relações entre os países: a globalização e suas políticas neoliberais, que afetaram, de forma perversa, no Brasil e em outros países em desenvolvimento, os sistemas de ensino – em sua organização, administração e em suas orientações pedagógicas. O estabelecimento de uma política educacional homogeneizada,

financiada pelas agências internacionais, veio substituir, em muitos países, experiências exitosas de formação de professores. A globalização não invadiu apenas as terras, as indústrias nacionais e o comércio dos países menos providos economicamente, mas plantou raízes no cerne dessas nações, influenciando em sua produção acadêmica e subestimando o conhecimento nelas produzido por séculos.

O Brasil oferece, hoje, acesso a 98% das crianças na educação básica. No entanto, a universalização do ensino fundamental e, em breve, a escolaridade obrigatória dos quatro aos 17 anos exigem muito mais que acesso: exigem percurso escolar de sucesso, com possibilidade de conclusão.

Apesar do número crescente de concluintes do ensino básico, fundamental e médio, nos últimos anos, as taxas do Brasil são muito baixas em comparação com os países considerados desenvolvidos. Dados do Inep mostram que o total de concluintes do ensino fundamental representa 58% da população com 14 anos de idade, ou seja, na idade correta para a conclusão da 8ª série. No ensino médio, os concluintes representam apenas 38% da população com a idade adequada para a conclusão, ou seja, 17 anos.

Dessa forma, o atraso escolar faz com que 42% dos concluintes do ensino fundamental tenham 15 anos ou mais de idade e 62% dos concluintes do ensino médio tenham 18 anos ou mais, idade suficiente para estar cursando o nível superior. Esse atraso propaga-se ao ensino superior: o total de concluintes do ensino de graduação representa apenas 9% da população com 21 anos de idade. Nos EUA, por exemplo, os concluintes do ensino superior correspondem a 35% da população dessa idade.

O cenário é altamente desafiador para o Brasil e eleva seu grau de complexidade ante as exigências do mundo globalizado, marcado por fortes assimetrias sociais, culturais e econômicas, alta competitividade e expressivos avanços das ciências e tecnologias.

Nessa busca, a “nova” Capes vem induzindo e fomentando a articulação entre a pós-graduação e a formação de professores,

acreditando em sua contribuição para a melhoria da qualidade da educação brasileira. Sem a pretensão de esgotar assunto tão complexo, alguns pontos para estimular o diálogo são sinalizados a seguir:

- a) Formação de professores da educação básica – tema nobre nas IES: as licenciaturas que formam os professores das escolas básicas, muitas vezes menosprezadas, são também essenciais à educação dos futuros graduandos, mestres e doutores. Quando professores universitários queixam-se do despreparo dos alunos e de suas dificuldades na redação de monografias, dissertações ou teses, em geral, estão se ressentindo de problemas da educação básica. Toda instituição deveria buscar um conceito elevado para suas licenciaturas nas avaliações da educação superior e analisar as razões dos colégios de aplicação de IES públicas obterem desempenho superior no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb/Inep), além de seus reflexos no Ideb da região onde se inserem. Com essas reflexões, a formação de docentes da educação básica ganharia relevo e tornar-se-ia um imperativo ético das IES e de seus programas de pós-graduação, ao lado de outros temas estratégicos. Além disso, a formação de professores deve se constituir em tema nobre nas IES, inclusive como componente das matrizes da Capes de avaliação dos programas de pós-graduação;
- b) Incremento de conteúdos científicos nos currículos das licenciaturas: enriquecer o leque de temas contemporâneos que qualifiquem a prática docente, inclusive na perspectiva intersetorial e multidisciplinar. A Neurociência, por exemplo, pode ser importante para auxiliar professores da educação infantil e da alfabetização. Essa visão não elimina a especificidade dos conteúdos pedagógicos, mas ajuda a instrumentalizar os futuros professores, preparando-os para organizar e estimular novas situações de aprendizagem, como requerem as crianças e os jovens da geração “nativa digital”;
- c) A escola básica como campo de produção e apropriação de conhecimento: o reconhecimento e a reciprocidade com as IES permitem que a escola e seus agentes deixem de ser vistos como meros objetos de pesquisa, mas sim como

sujeitos ativos, aptos a participar e a crescer com a pesquisa científica. Assim, os avanços da pós-graduação e da pesquisa devem ser levados à escola básica que, ao absorvê-los criticamente, propicia novas observações, novos estudos e novas aprendizagens, gerando um movimento contínuo mutuamente enriquecedor, reconhecendo as escolas públicas como espaço privilegiado para concretizar a propalada indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

- d) Incorporação do método científico: um problema da maioria dos cursos de formação de professores é que o futuro professor será cobrado a ensinar com métodos e tecnologias que não vivenciou em seu processo de formação, mas que são familiares à pós-graduação. Um processo de ensino e aprendizagem pedagogicamente rico, tecnologicamente contextualizado e cientificamente desafiador já deveria ser vivenciado pelos futuros docentes e, nem sempre, isso acontece. Além do mais, todas as experiências de inserção do método científico junto a alunos da educação básica mostram seu impacto positivo no desempenho escolar desses alunos¹. Assim, incorporar a experimentação, a investigação, a aprendizagem ativa à formação dos docentes pode contribuir para renovar as licenciaturas;
- e) Qualificar a formação dos dirigentes educacionais: com suas atribuições legais e práticas, a gestão escolar contemporânea exige competências próprias na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da escola, na gestão de recursos e prestações de contas, na cobrança da administração para resultados, na resposta à comunidade sobre temas como violência, sexualidade, bullying, drogas e tantos outros que requerem do corpo dirigente da escola, em especial seu diretor, um alto nível de qualificação. A pós-graduação pode e deve contribuir para profissionalizar a gestão da escola e dos sistemas públicos de educação básica; e
- f) Mestrado profissional para professores da educação básica: todos os educadores têm o direito de buscar patamares mais elevados de formação, mas nem todos precisam ou desejam optar pela pesquisa acadêmica. Assim, o mestrado profissional para professores da educação básica, campo

¹ Ver relatórios da Rede Nacional de Ciência, que congrega 23 universidades públicas.

ainda pouco explorado e mesmo contestado por setores educacionais no Brasil, pode ser um convite aos docentes para progredir em suas aprendizagens e trilhar caminhos abertos pelos avanços das ciências e das tecnologias, incorporando-os às suas práticas na escola básica.

Considerações finais

Qualquer que seja o ponto de vista de análise, a educação é uma condição não apenas suficiente, mas indispensável para estruturar o crescimento econômico, a justiça social e o desenvolvimento sustentável de um país.

Em sua nova fase, no século XXI, a Capes acumulou a responsabilidade de estimular e fomentar a educação básica, inclusive como parte integrante e fundamental da proposta do novo PNPG 2011-2020 e como direito essencial de todos os brasileiros, para se tornarem aptos a contribuir na construção de uma nação mais justa e soberana. Esse desafio desenha-se no horizonte da agência em duas vertentes possíveis: melhorar a formação em nível superior e estimular a valorização dos professores da educação básica dos sistemas públicos de ensino; e apoiar a pesquisa educacional e suas aplicações tanto no desempenho desses sistemas quanto na reformulação dos cursos de licenciatura.

Isso implica, hoje, a oportunidade de todo professor brasileiro da educação básica pública sem nível superior realizar sua matrícula em cursos de formação inicial do Parfor, por meio da Plataforma Freire. Por meio da Capes, o MEC decidiu enfrentar o maior desafio, talvez, em sua história: graduar em licenciatura, gratuitamente e com qualidade, cerca de 400 mil professores em exercício dos sistemas públicos de ensino até 2014, com a indispensável participação das IES do País. A UAB é outra janela de oportunidade para a formação em nível superior.

Os programas em andamento na DEB/Capes podem tornar-se um grande laboratório para um novo cenário para a pesquisa e a pós-

graduação no Brasil, perante o momento virtuoso que hoje se apresenta. Informações mais detalhadas podem ser obtidas nas páginas da Capes na Internet: www.capes.gov.br e www.capes.gov.br/educacao-basica.

Constitui-se, também, em outra tarefa oferecer programas de formação continuada qualificada, *stricto* e *lato sensu*, aos professores que adquiram nível superior. Na década que se inicia, é objetivo da Capes contribuir para a pós-graduação em educação no Brasil, levando em conta a perspectiva das necessidades dos sistemas de ensino, conforme está expresso no PNPG 2011-2020.

A Capes completou 60 anos em 2011, podendo proclamar que retomou a vocação inicial proposta por seu criador Anísio Teixeira de investir na formação de pessoal de nível superior em todos os níveis e com a eficiência e a flexibilidade que caracterizam a agência. Esse compromisso concilia-se com a pós-graduação, instituindo uma visão sistêmica e integrada de educação e traduzindo o reconhecimento do papel da educação básica na construção de um País democrático, justo e solidário.

Recebido em 24/1/2011
Aprovado em 30/11/2011